

## PROJETO DE CURSO

## SUB-AÇÃO

SECADI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
DIPEPI - DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

## DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

## Órgão/Entidade Proponente

## CNPJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

25.648.387/0001-18

## ENDEREÇO

AV. JOÃO NAVES DE ÁVILA 2121 - BLOCO 3P - CEP 38400-902 - BAIRRO SANTA MONICA - UBERLÂNDIA MG.

## MUNICÍPIO

## UF

## CEP

## DDD/TELEFONE

## ENDEREÇO ELETRÔNICO

UBERLÂNDIA

MG

38400-902

34 3239-4411

HTTP://www.ufu.br

## CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA

## CÓDIGO DA GESTÃO

154043

15260

## NOME DO RESPONSÁVEL

## FUNÇÃO

## CPF

Valder Steffen Júnior

Servidor Público Federal

██████043.418██████

## CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR

## CARGO

## MATRÍCULA

MG██████731 / PC-MG

REITOR

██████798

## ENDEREÇO

## CEP

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Bairro Santa Mônica, 3º Andar, Prédio da Reitoria  
Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG

38400-902

## ESFERA ADMINISTRATIVA

FEDERAL

## NOME DO COORDENADOR DO PROJETO

## DDD e TELEFONE

## ENDEREÇO ELETRÔNICO

## CPF

ELIAMAR GODOI

(34)██████

[eliamar.godoi@ufu.br](mailto:eliamar.godoi@ufu.br)  
[eliamarufu@gmail.com](mailto:eliamarufu@gmail.com)

██████601.226██████

## 1. DO PROJETO

### 1.1. TÍTULO DO PROJETO

Curso de aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**”

### 1.2. OBJETIVO GERAL

No contexto da escola inclusiva, capacitar docentes que atuam no Atendimento Educacional Especializado- AEE e na sala regular de ensino para a prática pedagógica voltada a atender os estudantes com altas habilidades ou superdotação.

### 1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ofertar, em nível de aperfeiçoamento, o curso “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” na modalidade de educação a distância.
- Capacitar docentes para ampliar as possibilidades de aprendizagem de alunos com altas habilidades ou superdotação atendidos nas escolas públicas brasileiras, assim como quanto à atribuição social da escola inclusiva, seu currículo, suas práticas e as implicações em relação à inclusão educacional do estudante com altas habilidades ou superdotação;
- Capacitar os docentes do ensino regular à solução de problemas, a partir da prática de casos de ensino que englobe ações voltadas ao atendimento de estudantes com alta habilidades ou superdotação, presentes no contexto docente.
- Desenvolver estratégias de ensino, de identificação dos domínios e de desenvolvimento de habilidades para os estudantes com altas habilidades ou superdotação nas salas comuns de ensino.
- Fornecer aos docentes referenciais teórico e práticos para re(conhecerem) quem são os sujeitos que possui altas habilidades e superdotação e quais são os processos de aprendizagem na escola inclusiva;
- Contribuir com a rede de formação continuada de professores em educação especial do MEC/CGPEE/ DIPEPI/SECADI, capacitando professores em todo o país para a educação de pessoas com altas habilidades ou superdotação;
- Desenvolver material didático em formato eletrônico, além de recursos midiáticos para o curso: videoaulas, textos, material impresso, jogos, e-books via web;
- Desenvolver pesquisas envolvendo procedimentos didáticos pedagógicos para o atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação e para a formação continuada de professores que atuam ou atuarão na educação básica e superior;
- Oferecer curso para 650 professores de escola pública.

-

-

## 2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O Curso de Aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**” propõe-se a formar professores com competência teórica e prática para atender de modo equitativo, inclusivo e de qualidade os estudantes com altas habilidades ou superdotação matriculados nas salas de aulas regulares em escolas de educação básica. A busca é por contribuir para a inter-relação entre a educação regular e a educação especial, considerando à promoção de práticas educacionais inclusivas para alunos com altas habilidades ou superdotação.

A Política Nacional de Educação Especial (1994) define como estudantes com altas habilidades ou superdotados, os educandos que apresentarem notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; pensamento criativo ou produtivo; capacidade de liderança; talento especial para artes e capacidade psicomotora. (SEESP/MEC, 2006)<sup>[1]</sup>. A partir das Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), contextualizando o conceito, Delpretto e Zardo (2010), compreendem que os estudantes com altas habilidades ou superdotação

são aqueles que demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes; também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (DELPRETTO; ZARDO, 2010, p. 19)<sup>[2]</sup>.

Nesse contexto, esse curso surge relacionando conceitos que propiciam aos professores refletir sobre os alunos com altas habilidades ou superdotação a luz da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual reitera a necessidade de uma prática escolar heterogênea, que simultaneamente respeite as diferenças de aprendizagem individuais e promova oportunidades diversificadas, por meio do entrelace entre a educação comum e a educação especial. De acordo com Rocha (2017)<sup>[3]</sup>, as crianças com superdotação podem demonstrar maior facilidade nas áreas da linguagem, na socialização ou desempenho escolar superior, no entanto, existem outros sinais:

3. Vocabulário superior ao esperado para a idade.
4. Nível de leitura acima da média do grupo.
5. Observação acurada.
6. Raciocínio incomum.
7. Disposição de liderança.
8. Relacionamento aberto e receptivo.
9. Sensibilidade aos sentimentos dos outros.
10. Atenção prolongada e centrada nos assuntos de seu interesse.
11. Grande curiosidade a respeito de objetos, situações ou eventos.
12. Tendência a começar sozinha as atividades e a dar prosseguimento nos interesses individuais.
13. Originalidade de expressão oral e escrita, com constantes respostas diferentes, individuais e não estereotipadas.

14. Talento incomum para expressão em artes, como teatro, música, desenho, dança.
15. Habilidade para apresentar alternativas, respostas e soluções para problemas difíceis ou complexos.
16. Facilidade de decisão.
17. Gosto por correr risco em várias atividades.
18. Habilidade de encontrar relações entre fatos, informações ou conceitos aparentemente não relacionados.
19. Aborrecimento fácil com a rotina.
20. Espírito crítico, capacidade de análise e síntese.
21. Desinteresse por regulamentos e normas.
22. Gosto pela investigação e pela proposição de muitas perguntas.

De todo modo, Rocha (2017) alerta que, apesar de ser possível identificar as altas habilidades ou superdotação, é importante não generalizar, uma vez que as crianças de modo idiossincráticos nem sempre apresentam todas as características apontadas nos superdotados, além disso, alguns podem ter desempenho significativo em algumas áreas, na média ou inferior em outras, dependendo do tipo de altas habilidades.

É nesse contexto que as ações do curso abordam diversas temáticas a fim de subsidiar o professor em sua ação pedagógica, junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais, orientando o professor quanto às características, domínios e habilidades do estudante, aos direitos educacionais e à flexibilização curricular dos estudantes com altas habilidades ou superdotação. Sendo assim, este curso articula teorias e estudos para discutir as altas habilidades ou superdotação, as adequações curriculares, a escola inclusiva, assim como discutir sobre as estratégias e práticas pedagógicas e educacionais de atendimento aos estudantes com altas habilidades ou superdotação, etc. Sendo assim, o curso é voltado para capacitar os profissionais envolvidos na educação desses alunos, e traz reflexões sobre a construção de práticas educacionais no viés de uma aprendizagem colaborativa, interativa e dinâmica a partir da compreensão dos processos de construção da inteligência humana, segundo os pressupostos teóricos de Piaget e Gardner.

A Lei 9.394/96 – LDB estabelece o atendimento a educandos com necessidades educacionais em classes comuns do ensino regular, criando a necessidade de formar profissionais para mediar a aprendizagem do aluno, nos diferentes níveis e modalidades de escolarização. Nessa direção, aplicada exclusivamente à educação escolar, em consonância com a LD e em conformidade com o Plano Nacional de Educação – PNE, surge a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A BNCC se constitui em um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos

devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, tendo assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Sendo assim, partindo da concepção de que o ‘conhecimento curricular deve ser contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado’, e ainda considerando o conceito de contextualização como ‘a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade’, a BNCC reafirma o ‘compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Nesse contexto, entende-se que a oferta do curso “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” norteado pelas perspectivas teóricas da área, pelos estudos de casos publicados, cruzados com a BNCC proporcionará aos professores inserir nos seus planos de aula estratégias que darão melhor suporte à observação e ao reconhecimento das capacidades de seus alunos, sejam eles com potencialidades elevada ou não. Sendo assim, por meio do curso, intenta-se compartilhar informações, conhecimento e estratégias que o professor possa usar em sala de aula para identificar e estimular o desenvolvimento das áreas de competências do estudante.

O processo de inclusão de alunos com deficiência e os com necessidades educacionais especiais na educação tem alcançado destaque nas últimas décadas, cuja evolução tem se dado por meio de grandes investimentos do governo no campo criação de políticas de inclusão, da formação continuada e na melhoria da acessibilidade, além de investimentos em pesquisas e produção de materiais para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e na escola.

No entanto, apesar da crescente democratização do processo de inclusão, a maioria dos professores ainda possui pouco conhecimento e formação pedagógica para lidar com as diferentes necessidades de ensino e aprendizagem em contextos inclusivos. A inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação tem repercutido uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais destacamos: capacitação dos professores, implementação de AEEs (Atendimento Educacional Especializado), falta de inserção no currículo, a ausência de materiais didáticos e de metodologias de ensino e a insuficiência de formação inicial e continuada dos professores que atendem alunos com altas habilidades ou superdotação nas escolas.

Considerando a importância da formação de professores e a necessidade de organização de sistemas educacionais inclusivos, o curso “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” surge como uma das formas de concretização dos direitos dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, fornecendo um aparato no atendimento desses estudantes que encontrarão caminhos didáticos e pedagógicos que direcionarão as suas necessidades educacionais especiais seja na sala regular de ensino, seja na sala especial ou até mesmo no AEE.

Neste movimento, soma-se ainda, o fato de que o modelo educacional brasileiro atual ser inclusivo e



concebe a educação como um direito de todos, nesse se fortalece a necessidade de formação de professores que atenda a nova realidade. No curso, estes profissionais estudarão na busca por compreender as peculiaridades que se demanda a educação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, assim como por estratégias que possam usar em sala de aula para identificar e estimular o desenvolvimento das áreas de competências do estudante. Sendo assim, espera-se que os professores despertem para a necessidade do reconhecimento e compreensão da diferença enquanto condição real a ser considerada nos processos de ensino e aprendizagem de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Diante do exposto, o desenvolvimento deste projeto se justifica ainda considerando:

1. A necessidade de formação adequada de professores para o ensino a este grupo de alunos;
2. A necessidade de oferecer aos profissionais que atuam nas salas, formação teórica e prática e com para a realização do trabalho pedagógico ali demandado;
3. Importância dos profissionais que desenvolvem trabalhos vinculados à área da Educação, estarem em permanente processo de formação continuada, buscando a promoção de sua prática profissional a níveis superiores de eficiência e competência, aliada ao aprofundamento teórico relacionado à área de conhecimento na qual estão vinculados;
4. A especificidade da área de conhecimentos pertinentes à Educação Especial e a necessidade de serem desenvolvidas mais pesquisas e estudos acerca do estudante com altas habilidades ou superdotação e de processos pedagógicos inclusivos;
5. A relevância educacional, associada a emergente demanda social pela inclusão dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, tanto na rede de ensino regular como em diversos outros setores de nossa sociedade;
6. O papel da Universidade como polo de formação (pré-serviço e/ou continuada) de profissionais competentes, visando a inserção eficiente dos mesmos no mercado profissional;
7. Agrade curricular dos cursos de formação docente, seja em nível médio ou superior, não abordam sobre os processos de ensino e aprendizagem de estudantes com altas habilidades ou superdotação, assim como também aspectos pedagógicos e didáticos destes estudantes, deixando uma lacuna na formação dos docentes relacionada a conteúdos pertinentes a referida área;
8. Este curso será totalmente gratuito aos professores que o cursarão, possuindo, portanto, um grande compromisso social, pois irá colaborar com os profissionais de diferentes localidades do país a terem progressão nos planos de cargo e salário, em contrapartida, melhorando sua renda familiar e suas condições de trabalho nas instituições educacionais públicas.

Acreditamos que a realização deste curso de aperfeiçoamento “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” pela Universidade Federal de Uberlândia será de extrema pertinência neste momento em que há uma corrida para se encontrar profissionais com capacitação nessa área para atender o estudante com altas habilidades ou superdotação nos ambientes educacionais do país. O desenvolvimento e a produção de um curso desta natureza representam uma relevante contribuição

para a sociedade em geral, e para a região. De uma maneira geral, pretendemos com este curso contribuir com a formação continuada de professores da educação básica em todo país, pois essa demanda apresenta-se com urgência, uma vez que em nosso país há carência de professores no ensino regular, com conhecimento e prática nessa área.

Nesse sentido, justifica-se a oferta de um curso de aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**” para instituições públicas de educação do País. Vale ressaltar que a iniciativa deste curso surgiu a partir do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e Distância e Tecnologias – GPELET que, certificado pelo CNPQ desde 2014, vem desenvolvendo pesquisas e projetos em conjunto na área da Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação de Surdos, Libras, Escolarização de Pessoas com Deficiência e Atendimento Educacional Especializado. Para além das experiências, os professores do GPELET, da UFU e de IFES parceiras trabalham juntos em diversos projetos de extensão, ensino e pesquisa. Sendo assim, voltado à capacitação de professores na atuação do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, este curso é mais uma ação conjunta, onde teremos a participação de professores com grande expertise na área, além da disposição de infraestrutura de apoio, física e pessoal.

## **2.1 Atendimento Educacional Especializado – AEE e a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM: aspectos legais, estruturais e funcionais**

O Atendimento Educacional Especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Nesse contexto, na implantação das salas de recursos para a oferta do AEE, destacam-se dois grandes programas criados e implantados pelo Ministério da Educação – MEC que foram fundamentais para a inclusão dos estudantes com deficiência, quais sejam: o Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e o Programa Escola Acessível, o qual colabora na adequação arquitetônica e na aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, mobiliários acessíveis e outros.

O Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais tem como objetivo apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse programa tem como principais ações a disponibilização às escolas públicas de ensino regular e um conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado.

Nesse caso, cabe ao sistema de ensino, a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE.

O Programa Escola Acessível - PEA colabora na adequação arquitetônica e na aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, mobiliários acessíveis e outros). Esse programa tem como objetivo o de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Dessa forma, o PEA tem como ação disponibilizar recursos, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais em que financia as seguintes ações:

- Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, vias de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora;
- Aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis;

O Decreto 7.611/2011 determina em seu Art. 1º que é dever do Estado para com a educação das pessoas público-alvo da educação especial a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; o aprendizado ao longo de toda a vida; a não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; a oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; a adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; a oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino.

Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares.

Nesse caso, para fins deste Decreto, considera-se público-alvo da educação especial as pessoas com deficiência física e sensorial (surdez e cegueira), com transtorno do espectro do autismo (TEA) e com altas habilidades ou superdotação, abrangendo também os surdos oralizados como público-alvo da educação especial. No caso dos estudantes surdos e com deficiência auditiva serão observadas as diretrizes e princípios dispostos no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual caracteriza a pessoa surda como sendo aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras, além de caracterizar a deficiência auditiva como a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Nessa direção, considera-se público-alvo do AEE:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual,



mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

c. Alunos com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O Decreto 7.611, em seu Art. 2º, ainda determina que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Nesse caso, os serviços denominados de atendimento educacional especializado, ofertados ao estudante com deficiência no contraturno, compreendem um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestados na sala de recursos multifuncionais da escola. Sendo assim, o Decreto 7.611/2011 ainda determina que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Esse documento legal também desta em seu Art. 3º que são objetivos do atendimento educacional especializado o de prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; o de garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; o de fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e o de assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

O Decreto 7.611/2011 caracteriza as salas de recursos multifuncionais, constantes nas escolas básicas, como sendo ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado. Nesse espaço, deve acontecer a produção e a distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade e aprendizagem, incluindo materiais didáticos e paradidáticos em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais - Libras, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo. O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas

necessidades específicas.

Já no ensino superior tem os denominados núcleos de acessibilidade instalados nas instituições federais de educação superior. As ações de inclusão e acessibilidade realizadas nesses núcleos visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência ingressados nos cursos de graduação e pós-graduação.

No que se refere ao financiamento do AEE, e acordo com o Decreto n. 6.571/08, os alunos público-alvo da educação especial serão contabilizados duplamente no FUNDEB, quando tiverem matrícula em classe comum de ensino regular da rede pública e matrícula no atendimento educacional especializado - AEE, conforme registro no Censo escolar/ MEC/INEP do ano anterior.

Dessa forma, são contempladas:

- a. Matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional da mesma escola pública;
- b. Matrícula na classe comum e na sala de recursos multifuncional de outra escola pública;
- c. Matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado público; 2
- d. Matrícula na classe comum e no centro de atendimento educacional especializado privado sem fins

lucrativos.

No que se refere à formação para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica na educação especial, inicial ou continuada. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que o AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, podendo ser realizado, também, em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos, conveniado com a Secretaria de Educação.

A Sala de Recursos (multifuncionais ou específicas) é um espaço onde atua o professor da Educação Especial para promover o desenvolvimento do educando, a acessibilidade, e também para apoiar o trabalho do professor da sala de aula comum, estando geralmente instalada na própria escola ou em outra nas proximidades da residência do educando.

É nesse espaço que é ofertado o AEE, sendo que, longe de ser um professor de apoio ou de reforço, o professor de AEE tem atribuições específicas. Compete ao professor do atendimento educacional especializado empreender ações para que a escola disponibilize a acessibilidade que o educando demanda.

Nesse contexto, são atribuições do professor do atendimento educacional especializado:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.
- i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Nesse sentido e a partir da noção sobre as atribuições do professor, resta claro que o AEE não se constitui aula de reforço, mas, tratam-se de atividades diferenciadas que visam formas apropriadas e singulares de ensino, aprendizagem e de expressão do conhecimento e das habilidades adquiridas, de modo a apoiar o aprendizado dos conteúdos abordados na sala de aula.

Há dois tipos de salas multifuncionais: o tipo 1 que tem uma estrutura básica capaz de atender a qualquer deficiência e a sala do tipo 2 é mais voltada para os alunos cegos, conforme especificações técnicas dos itens, organizam-se conforme demonstrado a seguir.

### Especificação dos itens da Sala Tipo I:

Equipamentos	Materiais Didático/Pedagógico
02 Microcomputadores	01 Material Dourado
01 Laptop	01 Esquema Corporal
01 Estabilizador	01 Bandinha Rítmica
01 Scanner	01 Memória de Numerais I
01 Impressora laser	01 Tapete Alfabético Encaixado
01 Teclado com colméia	01 Software Comunicação Alternativa
01 Acionador de pressão	01 Sacolão Criativo Monta Tudo
01 Mouse com entrada para acionador	01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
01 Lupa eletrônica	01 Dominó de Associação de Idéias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01 Mesa redonda	01 Dominó de Animais em Libras
04 Cadeiras	01 Dominó de Frutas em Libras
01 Mesa para impressora	01 Dominó tátil
01 Armário	01 Alfabeto Braille
01 Quadro branco	01 Kit de lupas manuais
02 Mesas para computador	01 Plano inclinado – suporte para leitura
02 Cadeiras	01 Memória Tátil

Figura 1 - Especificação dos itens da Sala Tipo I - Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais – p.11. (2010)

<p style="text-align: center;"><b>gov.br</b></p> <p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</p>	12/12
--	-------

### Especificação dos itens da Sala Tipo II:

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

*Figura 2: Especificação dos itens da Sala Tipo II - Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais – p. 11 (2010)*

Sobre a composição das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM, o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais disponibiliza equipamentos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a organização das salas e a oferta do atendimento educacional especializado - AEE.

Todos os estudantes, público alvo da educação especial, devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. Ressalta-se, no entanto, que a não obrigatoriedade de se obter laudos da área médica para que o educando seja atendido nas salas de recursos. Por outro lado, é salutar ressaltar ainda que não é apropriado observar apenas o que o educando não aprendeu ainda e suas dificuldades, mas, focar em suas potencialidades.

Dessa forma, para facilitar a identificação das potencialidades e das dificuldades é importante, que o professor, junto ao seu estudante, dê ênfase nas áreas do desenvolvimento tais como: linguagem, desenvolvimento psicomotor, desenvolvimento cognitivo, aspectos sociais (contexto familiar), visando acompanhar efetivamente a evolução das intervenções pedagógicas. Uma vez que o AEE não deve se constituir uma ação isolada na escola, mas um trabalho em equipe, há a pungente necessidade de parceria do professor de AEE com o professor regente da classe do educando que está no atendimento educacional especializado.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização da seguinte forma: I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III - Cronograma de atendimento aos alunos; IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V - Professores para o exercício do AEE; VI - Outros



profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção; VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Na perspectiva da institucionalização do AEE, para fins de planejamento, acompanhamento e avaliação dos recursos e estratégias pedagógicas e de acessibilidade, utilizadas no processo de escolarização, a escola institui a oferta do atendimento educacional especializado, contemplando na elaboração do PPP, aspectos do seu funcionamento, tais como:

- Carga horária para os estudantes do AEE, individual ou em pequenos grupos, de acordo com as necessidades educacionais específicas;
- Espaço físico com condições de acessibilidade e materiais pedagógicos para as atividades do AEE;
- Professores com formação para atuação nas salas de recursos multifuncionais;
- Profissionais de apoio às atividades da vida diária e para a acessibilidade nas comunicações e informações, quando necessário;
- Articulação entre os professores da educação especial e do ensino regular e a formação continuada de toda a equipe escolar;
- Participação das famílias e interface com os demais serviços públicos de saúde, assistência, entre outros necessários;
- Oferta de vagas no AEE para estudantes matriculados no ensino regular da própria escola e de outras escolas da rede pública, conforme demanda;
- Registro anual no Censo Escolar MEC/INEP das matrículas no AEE.

O processo de inclusão de alunos com deficiência e os com necessidades educacionais especiais na educação tem alcançado destaque nas últimas décadas, cuja evolução tem se dado por meio de grandes investimentos do governo no campo criação de políticas de inclusão, da formação continuada e na melhoria da acessibilidade, além de investimentos em pesquisas e produção de materiais para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade e na escola.

No entanto, apesar da crescente democratização do processo de inclusão, a maioria dos professores ainda possui pouco conhecimento e formação pedagógica para lidar com as diferentes necessidades de ensino e aprendizagem em contextos inclusivos. A inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação tem repercutido uma série de desafios socioeducacionais, dentre os quais destacamos: capacitação dos professores, implementação de AEEs (Atendimento Educacional Especializado), falta de inserção no currículo, a ausência de materiais didáticos e de metodologias de ensino e a insuficiência de formação inicial e continuada dos professores que atendem alunos com altas habilidades ou superdotação nas escolas, sendo que por vezes, o aluno superdotado carece de um atendimento diferenciado e também de atuação específica



por parte do professor.

Considerando a importância da formação de professores e a necessidade de organização de sistemas educacionais inclusivos, o curso de aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**” surge como uma das formas de concretização dos direitos dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, fornecendo um aparato no atendimento desses estudantes que encontrarão caminhos didáticos e pedagógicos que direcionarão as suas necessidades educacionais especiais seja na sala regular de ensino, seja na sala especial, seja no AEE.

Neste movimento, soma-se ainda, o fato de que o modelo educacional brasileiro atual ser inclusivo e concebe a educação como um direito de todos, nesse se fortalece a necessidade de formação de professores que atenda a nova realidade. No curso, estes profissionais estudarão na busca por compreender as peculiaridades que se demanda a educação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, assim como por estratégias que possam usar em sala de aula para identificar e estimular o desenvolvimento das áreas de competências do estudante. Sendo assim, espera-se que os professores despertem para a necessidade do reconhecimento e compreensão da diferença enquanto condição real a ser considerada nos processos de ensino e aprendizagem de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Diante do exposto, o desenvolvimento deste projeto se justifica ainda considerando:

1. A necessidade de formação adequada de professores para o ensino a este grupo de alunos;
2. A necessidade de oferecer aos profissionais que atuam nas salas, formação teórica e prática e com para a realização do trabalho pedagógico ali demandado;
3. Importância dos profissionais que desenvolvem trabalhos vinculados à área da Educação Especial, estarem em permanente em processo de formação continuada, buscando a promoção de sua prática profissional a níveis superiores de eficiência e competência, aliada ao aprofundamento teórico relacionado à área de conhecimento na qual estão vinculados;
4. A especificidade da área de conhecimentos pertinentes à Educação Especial e a necessidade de serem desenvolvidas mais pesquisas e estudos acerca do estudante com altas habilidades ou superdotação e de processos pedagógicos inclusivos;
5. A relevância educacional, associada a emergente demanda social pela inclusão dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, tanto na rede de ensino regular como em diversos outros setores de nossa sociedade;
6. O papel da Universidade como polo de formação (pré-serviço e/ou continuada) de profissionais competentes, visando a inserção eficiente dos mesmos no mercado profissional;
7. A grade curricular dos cursos de formação docente, seja em nível médio ou superior, não abordam sobre os processos de ensino e aprendizagem de estudantes com altas habilidades ou superdotação, assim como também aspectos pedagógicos e didáticos destes estudantes, deixando uma lacuna na formação dos docentes relacionada a conteúdos pertinentes a referida área;
8. Este curso será totalmente gratuito aos professores que o cursarão, possuindo, portanto, um grande compromisso social, pois irá colaborar com os profissionais de diferentes localidades do país a

terem progressão nos planos de cargo e salário, em contrapartida, melhorando sua renda familiar e suas condições de trabalho nas instituições educacionais públicas.

Acreditamos que a realização deste curso de aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**” pela Universidade Federal de Uberlândia será de extrema pertinência neste momento em que há uma corrida para se encontrar profissionais com capacitação nessa área de educação do surdo para atender o estudante com altas habilidades ou superdotação nos ambientes educacionais do país. O desenvolvimento e a produção de um curso desta natureza representam uma relevante contribuição para a sociedade em geral e para a região. De uma maneira geral, pretendemos com este curso contribuir com a formação continuada de professores da educação básica em todo país, pois essa demanda apresenta-se com urgência, uma vez que em nosso país há carência de professores no ensino regular, com conhecimento e prática na área de ensino e aprendizagem de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

Nesse contexto, o presente curso visa abordar, de forma concisa e funcional, algumas práticas pedagógicas e educativas elencadas em momentos didáticos pedagógicos de ação de inclusão de alunos com altas habilidades ou superdotação na sala regular de ensino pela equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essas ações advirão de experiências e estudos de casos que foram realizadas em salas de aula da escola pública, ancoradas em aspectos teóricos que serão compartilhadas com os professores cursista. Para o movimento de acolhida do aluno com altas habilidades ou superdotação na sala inclusiva e no AEE, pautamo-nos na prática de profissionais com expertise nas ações práticas educacionais inclusivas voltadas para estudantes com altas habilidades ou superdotação, mas também na Legislação vigente e na revisão bibliográfica de pesquisadores e estudiosos da área.

Importa-nos instrumentalizar o professor cursista para, capacitado, estar apto a organizar o ambiente de sala comum, de AEE e também da sala especial em que esses alunos são acolhidos, estando propício à aprendizagem, à socialização, à interação. Para isso, buscamos amparo em experiências positivas de docentes da área, pesquisas publicadas (aspectos teóricos e estudos e caso) entre outras, na legislação vigentes entre outras, na Lei no 7.611/11 que dispõe sobre a criação e regulamentação do Atendimento Educacional Especializado – AEE, a Lei de Libras - Lei 10436/02, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 que dispõe sobre a Libras e dá outras providências, o Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei no 10.436/2002 que dispõe sobre a Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098/2000 e a Lei no 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Nesse sentido, justifica-se a oferta de um curso de aperfeiçoamento em “**Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação**” para instituições públicas de educação do País. Vale ressaltar que a iniciativa deste curso surgiu a partir do Grupo de Pesquisas em Estudos da

Linguagem, Libras, Educação Especial e Distância e Tecnologias – GPELET que, certificado pelo CNPQ desde 2014 e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos - PPGEL da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, vem desenvolvendo pesquisas e projetos em conjunto na área da Educação Inclusiva, Educação Especial, Educação de Surdos, Libras, Escolarização de Pessoas com Deficiência e Atendimento Educacional Especializado.

Para além das experiências, os professores do GPELET, da UFU e de IFES parceiras trabalham juntos em diversos projetos de extensão, ensino e pesquisa. Sendo assim, voltado à capacitação de professores na atuação do desenvolvimento das potencialidades dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, este curso é mais uma ação conjunta com a Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (DIPEPI) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação - MEC, onde teremos a participação de professores com grande expertise na área, além da disposição de infraestrutura de apoio, física e pessoal.

## **2.2 Plano de Desenvolvimento Individual - PDI: Sala de Recursos Multifuncionais – SEM e oferta Atendimento Educacional Especializado - AEE**

O principal objetivo das Salas de Recursos Multifuncionais é a construção ou organização de um espaço rico e propulsor de conhecimentos. Criar esse espaço de modo adequado e satisfatório para o atendimento do estudante conforme sua necessidade educacional, constitui-se em um dos grandes desafios dos profissionais que atuam no AEE. Esses profissionais, no entanto, para a oferta do AEE devem assumir o compromisso de pensar, entender e organizar esse espaço pautados na especificidade de cada estudante. Nesse contexto, o professor deve alinhar as demandas específicas de cada estudante atendido na SRM com a possibilidade de evolução desse estudante dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Para tanto, o professor pode começar pelo planejamento visando aprimorar competências e habilidades de seus estudantes de forma planejada. Nesse caso, o professor pode lançar mão de uma ferramenta para otimizar o processo do ensino-aprendizagem de alunos com deficiência a partir de um Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, o qual se constitui enquanto um recurso pedagógico com foco na individualidade do aluno.

Mesmo não sendo obrigatório para o atendimento do aluno com deficiência nas SRM, as escolas, para um atendimento mais eficiente e contextualizado à especificidade do aluno, em posse do laudo-diagnóstico do estudante deverão elaborar um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) focado na educação e que atenda as especificidades educacionais do estudante com TEA, Dislexia; TDAH; Síndrome de Rubinstein; Cegueira; Deficiência Física; Transtorno de Pânico; Síndrome de Down, surdos sinalizantes, surdos oralizados, etc., tendo como referência o projeto pedagógico da escola, e as práticas inclusivas legalmente

previstas para nosso sistema escolar. (PRAVALER, 2020).

Nesse caso, a elaboração desse PDI irá possibilitar que o aluno com deficiência e possui uma necessidade educativa especial entenda o conteúdo programático de acordo com a sua condição ou no seu tempo. Importante destacar que o PDI é uma ferramenta que deve ser construída de forma colaborativa juntamente com a professora da sala regular, sala de recursos, a coordenadora pedagógica, os pais e os profissionais que acompanham a criança, caso a escola e a família acharem necessário.

Nesse contexto, compete ao professor do AEE empreender ações para que a escola disponibilize a acessibilidade e o atendimento que o educando com necessidades educativas especiais demanda, além de apontar aos colegas da sala regular e a escola a importância do uso de tecnologia assistiva para os educandos atendidos na SRM que a demandarem. Sendo assim, as ações de oferta do AEE podem ser norteadas pelo Plano de Desenvolvimento Individual para o Atendimento Educacional Especializado elaborado de acordo com as especificidades do estudante por ele atendido.

Conforme definido por Poker et al. (2013), o AEE, na perspectiva da Educação Inclusiva, assume um caráter exclusivamente de suporte e apoio à educação regular, por meio do atendimento à escola, ao professor da classe regular e ao aluno. Tem como objetivo oferecer aos alunos que frequentam a Sala de Recursos Multifuncional - SRM ensino de conteúdo específico, estratégias e utilização de recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados, não existentes na classe regular, que são fundamentais para garantir a sua aprendizagem e acesso ao currículo comum.

De todo modo, o professor cursista deve apontar as ações desenvolvidas pela escola onde eles atuam, além de descrever as ações que são demandadas a partir da realidade vivida por eles. Isso no sentido de ampliar as sugestões, compartilhar e propor novas alternativas de construção do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) no contexto do curso para aplicação em suas unidades de ensino na oferta do AEE.

Quando na atuação da oferta do AEE na SRM, um plano de atendimento deve ser gerado pelo professor da Educação Especial. Nesse caso, pode ser um Plano de Atendimento Educacional Especializado, ou Plano de Desenvolvimento Educacional Individual ou Plano de Intervenção Pedagógico Especializado, ou Plano Pedagógico Especializado, ou Plano de Desenvolvimento Individual, ou Plano de Atendimento Individualizado. Nesse planejamento, o professor deve identificar os elementos que compõem o referido plano, a fim de que possa haver a continuidade dos atendimentos por outro profissional, se for o caso. Para tanto, a primeira parte do plano deve avaliar a condição inicial do educando a partir da observação e de momentos de interação e não apenas dos diagnósticos que, porventura existam. A segunda parte deve avaliar o histórico da escolarização de cada educando. Já a terceira parte do plano deve-se registrar o planejamento das ações intermediadas pelo professor do atendimento educacional especializado.

O plano deve ainda espelhar a articulação e interface entre os professores das salas de recursos multifuncionais e os demais professores das classes comuns de ensino regular, além de identificar as

habilidades e necessidades educacionais específicas do aluno. Deve conter ainda o planejamento das atividades a serem realizadas avaliação do desenvolvimento e acompanhamento dos alunos e, a oferta de AEE de forma individual ou em pequenos grupos, apontando, inclusive a periodicidade e carga horária, além de outras informações da organização do atendimento conforme as necessidades de cada estudante.

As habilidades desenvolvidas pelo aluno com deficiência nas salas multifuncionais são imprescindíveis para garantir o acesso ao currículo da classe regular. Favorecem a eliminação ou conseguem minimizar as barreiras de comunicação, compreensão, locomoção, entre outras que dificultam ou impedem a apropriação, pelo sujeito, dos conteúdos desenvolvidos pela escola.

De acordo com Poker et al. (2013), o AEE que ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais, em horário contrário ao da classe regular, tem por objetivo proporcionar aos estudantes com deficiência e, portanto, necessidades educativas especiais, um trabalho complementar específico, para que possam superar e/ou compensar as limitações causadas pelos seus comprometimentos sensoriais, físicos, intelectuais ou comportamentais, desenvolvendo e explorando ao máximo suas competências e habilidades.

Considerando que a ação pedagógica do professor na SRM deve ser detalhadamente planejada de forma a suprir as necessidades educacionais de cada estudante, criando condições que proporcionam e favorecem a sua aprendizagem, superando as barreiras antes existentes, a seguir, para inspirar os professores cursistas na sua prática, apresentamos a estrutura de PDI proposta por Poker et al. (2013).

## **Parte I - Informações e avaliação do aluno – Poker et al. (2013, p 25-30)**

### **1 - Identificação**

NOME COMPLETO:

DATA DE NASCIMENTO:

ENDEREÇO: BAIRRO:

CIDADE:

### **2 – Dados Familiares**

NOME DO PAI:

NOME DA MÃE:

PROFISSÃO, ESCOLARIDADE E IDADE DO PAI:

PROFISSÃO, ESCOLARIDADE E IDADE DA MÃE:

NÚMERO DE IRMÃOS:

MORA COM:



### **3 – Informação escolar**

NOME DA ESCOLA:

ENDEREÇO DA ESCOLA:

ANO DE ESCOLARIDADE ATUAL (CLASSE REGULAR):

IDADE EM QUE ENTROU NA ESCOLA:

HISTÓRIA ESCOLAR (COMUM) E ANTECEDENTES RELEVANTES:

HISTÓRIA ESCOLAR (ESPECIAL) E ANTECEDENTES RELEVANTES:

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO PARA O AEE (DIFICULDADES APRESENTADAS PELO ALUNO):

### **4 - Avaliação geral**

**4.1 – âmbito familiar** - Apontar de forma descritiva as condições familiares do aluno

- 1- Características do ambiente familiar (condições da moradia e atitudes):
- 2- Convívio familiar (relações afetivas, qualidade de comunicações, expectativas):
- 3- Condições do ambiente familiar para a aprendizagem escolar:

**4.2 – âmbito escolar** - Apontar de forma descritiva as condições da escola para atender às necessidades educacionais do aluno

- 1- Em relação à cultura e filosofia da escola:
- 2- Em relação à organização da escola (acessibilidade física, organização das turmas; mobiliários adequados, critérios de matrícula, número de alunos nas salas, interação com as famílias, orientação/apoio aos professores, procedimentos de avaliação, formação continuada de professores, desenvolvimento de projetos, atividades propostas para a comunidade escolar, grupos de estudo etc.):
- 3- Em relação aos recursos humanos (professor auxiliar de sala, instrutor de Libras, tutor na sala de aula, parceria com profissionais da saúde etc.):
- 4- Em relação às atitudes frente ao aluno (alunos, funcionários, professores, gestores, pais etc.):
- 5- Em relação ao professor da sala de aula regular (formação inicial e continuada, motivação pra trabalhar, reação frente às dificuldades do aluno, aspecto físico da sala de aula, recursos de ensino-aprendizagem, estratégias metodológicas, estratégias avaliativas, apoio de especialistas etc.).

### **5 - Avaliação do aluno**

**5.1- Condições de saúde geral** - Caso o aluno apresente alguma deficiência, problemas de comportamento e/ou problemas de saúde, descreva:

- 1- Tem diagnóstico da área da saúde que indica surdez, deficiência visual, física ou intelectual ou transtorno global de desenvolvimento?

- 1.1- Se sim, qual a data e o resultado do diagnóstico?
- 1.2- Se não, qual é a situação do aluno quanto ao diagnóstico?
- 2- Tem outros problemas de saúde?
  - 2.1- Se sim, quais?
- 3- Faz uso de medicamentos controlados?
  - 3.1- Se sim, quais?
  - 3.2- O medicamento interfere no processo de aprendizagem? Explique.
- 4- Existem recomendações da área da saúde?
  - 4.1- Se sim, quais?

**5.2- Necessidades educacionais especiais do aluno** - Caso o aluno apresente alguma necessidade educacional especial, descreva:

- 1- Deficiência(s) ou suspeita de deficiência(s) específica(s) apresentada(s):
- 2- Sistema linguístico utilizado pelo aluno na sua comunicação:
- 3- Tipo de recurso e/ou equipamento já utilizado pelo aluno:
- 4- Tipo de recurso e/ou equipamento que precisa ser providenciado para o aluno:
- 5- Implicações da necessidade educacional especial do aluno para a acessibilidade curricular:
- 6- Outras informações relevantes:

### **5.3- Desenvolvimento do aluno - FUNÇÃO COGNITIVA**

**PERCEPÇÃO** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: percepção visual, auditiva, tátil, sinestésica, espacial e temporal.

Observações:

**ATENÇÃO** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: seleção e manutenção de foco, concentração, compreensão de ordens, identificação de personagens.

Observações:

**MEMÓRIA** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: memória auditiva, visual, verbal e numérica.

Observações:

**LINGUAGEM** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere aspectos relacionados com a expressão e compreensão da língua portuguesa: oralidade, leitura, escrita, conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais e uso de outros recursos de comunicação, como Braille e Sistemas de Comunicação Alternativa e Suplementar.

Observações:

**RACIOCÍNIO LÓGICO** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: compreensão de relações de igualdade e diferença, reconhecimento de absurdos e capacidade de conclusões lógicas; compreensão de enunciados; resolução de problemas cotidianos; resolução de situações-problema, compreensão do mundo que o cerca, compreensão de ordens e de enunciados, causalidade, sequência lógica etc.

Observações:

### **5.3- Desenvolvimento do aluno**

#### **5.3.1 - FUNÇÃO MOTORA**

**DESENVOLVIMENTO E CAPACIDADE MOTORA** (considerar as potencialidades e dificuldades): Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: postura, locomoção, manipulação de objetos e combinação de movimentos, lateralidade, equilíbrio, orientação espacotemporal, coordenação motora.

Observações:

#### **5.3.2 - FUNÇÃO PESSOAL/SOCIAL**

**ÁREA EMOCIONAL – AFETIVA – SOCIAL** (considerar as potencialidades e dificuldades):

Ao avaliar o aluno, considere os seguintes aspectos: estado emocional, reação à frustração, isolamento, medos; interação grupal, cooperação, afetividade.

Observações:

**RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO:**

**NOME DA PROFESSORA DA SALA DE AULA REGULAR:**

**NOME DA PROFESSORA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL:**

**DATA DA AVALIAÇÃO:** Com base nas potencialidades e considerando as dificuldades apresentadas pelo aluno, indicar quais são as suas necessidades educacionais especiais que constituem os objetivos do planejamento pedagógico no AEE:

## **PARTE II – PLANO PEDAGÓGICO ESPECIALIZADO – Poker et al. (2013, p. 34-37)**

**NOME DO ALUNO:**

**SÉRIE:**

**ANO:**

**DATA DE NASCIMENTO:**

PERÍODO DA EXECUÇÃO DO PDI:

PROFESSORA DO AEE:

PROFESSORA DA CLASSE REGULAR:

### 1- Ações necessárias para atender às necessidades educacionais especiais do aluno

ÂMBITOS	Ações necessárias já existentes:	Ações necessárias que ainda precisam ser desenvolvidas:	Responsáveis
ESCOLA			
SALA DE AULA			
FAMÍLIA			
SAÚDE			

### 2- Organização do atendimento educacional especializado

#### Tipo de AEE

- Sala de Recursos Multifuncional
- Intérprete na sala regular
- Professor de Libras
- Tutor em sala de aula regular
- Domiciliar
- Hospitalar
- Outro? Qual?

#### Frequência semanal

- 2 vezes por semana na Sala de Recursos Multifuncional
- 3 vezes por semana na Sala de Recursos Multifuncional
- 4 vezes por semana na Sala de Recursos Multifuncional
- 5 vezes por semana na Sala de Recursos Multifuncional
- todo o período de aula, na própria sala de aula
- outra? Qual?

#### Tempo de atendimento

- 50 minutos por atendimento
- Durante todas as aulas, na própria sala de aula
- Outro? Qual?

**Composição do atendimento**

- Atendimento individual
- Atendimento grupal
- Atendimento na própria sala de aula, com todos os alunos

**Outros profissionais envolvidos**

- Fonoaudiologia
- Psicologia
- Assistência social
- Área médica. Qual a especialidade?
- Outro? Qual?

**Orientações a serem realizadas pelo professor de AEE**

- Orientações ao professor de sala de aula. Quais?
- Orientações ao professor de Educação Física. Quais?
- Orientações aos colegas de turma. Quais?
- Orientações ao diretor da escola. Quais?
- Orientações ao coordenador pedagógico. Quais?
- Orientações à família do aluno. Quais?
- Orientações aos funcionários da escola. Quais?
- Outras orientações. Quais?

**3- Sala de recursos multifuncional**

ÁREAS A SEREM TRABALHADAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL	Apontar o que será desenvolvido com o aluno, em cada área no AEE: Área Cognitiva Área Motora Área Social
OBJETIVOS	Descrever os objetivos que pretende alcançar com o aluno, em cada área no AEE: Área Cognitiva Área Motora Área Social
ATIVIDADES DIFERENCIADAS	Descrever as atividades que pretende desenvolver com o aluno no AEE: <input type="checkbox"/> Comunicação alternativa <input type="checkbox"/> Informática acessível <input type="checkbox"/> Libras



	( ) Adequação de material ( ) Outra? Qual?
METODOLOGIA DE TRABA-LHO	Descrever o plano de ação metodológica utilizado com o aluno no AEE:
RECURSOS MATERIAIS E EQUI-PAMENTOS	Descrever os recursos/equipamentos que serão produzi-dos e utilizados para o aluno no AEE:
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Descrever o período e pontuar os critérios que serão utilizados para avaliar o desempenho do aluno no AEE:
AVALIAÇÃO DO PERÍODO (RE-LATÓRIO FINAL)	No final do período, descrever as conquistas do aluno e quais objetivos foram alcançados no AEE. Registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no desempe-nho escolar do aluno:
DATA:	
NOME DO PROFESSOR DO AEE:	
ASSINATURA DO PROFESSOR DO AEE:	

Os estudantes com necessidades educacionais especiais, ou seja, os estudantes com deficiência (física e sensorial – surdez e cegueira), Transtornos do Espectro do Autismo - TEA ou altas habilidades ou superdotação, passam a ter a garantia de uma pedagogia diferenciada, capaz de identificar e satisfazer as suas especificidades, proporcionando-lhes condições de desenvolvimento e aprendizagem (BRASIL, Decreto 7.611/2011). O professor de AEE, a partir de um planejamento eficiente e contextualizado a partir da especificidade de seu estudante, deve redimensionar a sua forma de organização e o seu funcionamento, para poder atender plenamente a todos os seus alunos. Nesse caso, o professor deve criar condições para que os alunos superem a situação atual vivenciada pela realidade social e também pelas condições orgânicas e/ou intelectuais ou transtornos provocados por deficiências de ordem sensorial, intelectual, motora, comportamental ou física (POKER et al., 2013).

Uma vez que há inúmeros formatos de PDI e de outros tipos de planos de atendimento na oferta do AEE na SRM, ressaltamos que o professor não deve estacionar no já pensado e proposto, mas deve superar, construir novos olhares e proposições, criar e projetar diferentes e infinitas possibilidades de intervenções, pois os estudantes com necessidades educativas especiais são únicas e repletas de potencialidades. A partir desses apontamentos, urge, dessa forma, a necessidade de que o cursista verifique como funciona a estrutura da Educação Especial na sua localidade e se na secretaria de educação do seu Município, Estado ou do Distrito Federal há formulários e normas que são utilizados na área da Educação Especial

Reforçamos com Poker et al. (2013) que o atendimento educacional realizado pelo professor especializado na SRM constitui-se em um suporte fundamental para garantir a participação e a aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial na classe comum e, também, nas atividades desenvolvidas pela escola, sendo sua ação será delineada pelo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), documento elaborado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado com o apoio do coordenador pedagógico da unidade escolar.

<sup>[1]</sup> SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades ou superdotação. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 143 p. (Série: Saberes e práticas da inclusão).

<sup>[2]</sup> DELPRETTO, B. M. L.; GIFFONI, F. A.; ZARDO, S. P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: altas habilidades ou superdotação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 10. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

<sup>[3]</sup> ROCHA, M. M. **Veja se o seu filho tem altas habilidades**. (2017). Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/bom-jesus/guia-dos-pais/noticia/veja-se-o-seu-filho-tem-altas-habilidades.ghtml> acesso em 26 mai. 2021.

### 3. PRODUTOS ESPERADOS

1. Relatório Técnico com detalhamento do Curso de Aperfeiçoamento e seus resultados.
2. Elaboração e distribuição gratuita de um e-book didático com material; contendo “Exemplos Práticos de propostas pedagógicas inclusivas” desenvolvidos pelos cursistas.
3. Elaboração e distribuição gratuita de um e-book, com Propostas de Ações Pedagógicas para o ensino, capacitação e difusão da produção de material pedagógico em atividades inclusivas para os cursistas estudarem e pesquisarem no exercício profissional;
4. Elaboração e distribuição gratuita de um e-book com textos resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos com os envolvidos no curso professores cursistas, tutores, professores pesquisadores, coordenação, etc.
5. Trabalhos completos publicados em eventos nacionais e eventos internacionais;
6. Publicação de artigos científicos publicados em revistas indexadas para divulgação dos resultados do curso e das pesquisas resultantes de sua oferta e sobre a área de altas habilidades ou superdotação.

#### 4. ESTRUTURA CURRICULAR /TEMÁTICA E DETALHAMENTOS – até 31/12/2024

O curso será dividido em 4 módulos, em que iremos trabalhar:

Atividade/disciplina	C/H	Início	Término
<b>Unidade Geral - Ambientação dos Cursistas na plataforma Moodle</b>			
<p>Texto básico: Acessando o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA</p> <p>Atividade 1: Preenchimento de perfil no curso;</p> <p>Atividade 2: Questionário do curso;</p> <p>Atividade 3: Envio" dos documentos comprobatórios dos alunos</p>	10h	15/07	01/08
<b>Unidade I - Políticas de Educação Especial/AHS-Altas habilidades ou superdotação: Processo de Identificação e Diagnóstico Diferencial: processos identificação e de acolhida,</b>	40h	02/08	02/09
<p>Texto básico - Unidade I</p> <p>Conteúdos básicos e objetivos da Unidade I</p> <p>Atividade 1 – Diário de bordo: O que você pensa sobre as políticas públicas na/para Educação Especial/AH/SD?</p> <p>Leituras complementares</p> <p>Atividade 2 - Fórum de discussão</p> <p>Atividade 3 - Diário de bordo</p> <p>Atividade 4 - Questionário</p> <p>Vídeo</p> <p>Atividade 5</p> <p>Fórum de Dúvidas - Unidade I</p>			
<b>Unidade II - A Escolarização da pessoa com AHS - Altas habilidades ou superdotação: atuação, metodologias e estratégias propositivas e práticas inclusivas (estudos de casos à luz de teorias, das políticas de inclusão e da BNCC).</b>	40h	03/09	03/10
<p>Texto básico - Unidade II</p> <p>Conteúdos básicos e objetivos da Unidade II</p> <p>Atividade 1</p> <p>Atividade 1.1 - Café na Web</p> <p>Atividade 2</p> <p>Atividade 2.2 - Diário de bordo</p> <p>Atividade 3 - Fórum de atividades</p> <p>Atividade 4 - Fórum de Discussão</p> <p>Fórum de Dúvidas - Unidade II</p>			
<b>Unidade III – Práticas Educacionais Programas para os Superdotados: capacitação do professor no seu fazer diário, aplicando metodologias, estratégias e o conhecimento no atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação na escola.</b>	40h	04/10	04/11

<p>Texto básico - Unidade III Atividade 1 - Questionário Atividade 1.1 - Diário de bordo Atividade 2 - Fórum de discussão para a atividade 2 Atividade 2.1 - Inventário pessoal e reflexão pessoal Atividade 3 - Fórum Atividade 4 - Associação termo/característica Atividade 4.1 - Reflexão pessoal Atividade 5 Fórum de Dúvidas - Unidade III</p>			
<p><b>Unidade IV - Atendimento Educacional Especializado AEE para AHS: Conteúdo específico para capacitar o professor no seu fazer diário, aplicando metodologias, estratégias e o conhecimento no atendimento de estudantes com altas habilidades ou superdotação no AEE.</b></p> <p>Texto básico - Unidade IV Conteúdos básicos e objetivos da Unidade IV Atividade 1 - Participação em Chat Atividade 2 - Fórum de atividades Atividade 3 - Diário de bordo Atividade 4 - Fórum de discussão Fórum de Dúvidas - Unidade IV QUESTIONÁRIO FINAL</p>	40h	05/11	05/12
<p>Recuperação dos Estudos, Fechamento de Notas e Relatório.</p>	10h	06/12	13/12

## 5. EMENTA DO CURSO

Conceitos. Políticas de inclusão. Aspectos teóricos. Capacidades, talentos e os domínios dos estudantes com altas habilidades ou superdotação. Identificação e Diagnóstico Diferencial. Tecnologias. Adequações curriculares. Casos e estudos de casos. Salas de Recursos Multifuncionais. AEE para estudantes com altas habilidades/superdotação.

### 5.1 Referências

ALENCAR, E.M.L.S. **Criatividade e educação de superdotados**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ALENCAR, E.M.L.S.; FLEITH, D.S. **Superdotados: determinantes, educação e ajustamento**. 2.ed. São Paulo: EPU, 2001.

ASPESI, C.C. **A família do aluno com altas habilidades ou superdotação**. In: FLEITH, D.S. (Org.). A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades ou superdotação: o aluno e a família. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2007.

BONNIOL, J. J.; VIAL, M. **Modelos de avaliação**. Textos fundamentais. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em 15 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**, 2008 a. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos**

CELIO SOBRINHO, R.; PANTALEÃO, E.; SÁ, M. G. C.S. **O Plano Nacional de Educação e a educação especial**. Cadernos de Pesquisa, v. 16, n. 160, p. 504-525, abr-jun, 2016.

CORREIA, L. M. **Educação Especial e Inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo**. Porto: Porto Editora, 2010.

CORREIA, L. M. **Educação Inclusiva e Necessidades Especiais**. Braga: Flora Editora, 2018.

CORREIA, L. M. **Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores**. Porto: Porto Editora. 2008.

COSTA, V. A. **Formação de professores e sua relação com a educação inclusiva: desafios à experiência teórica na práxis pedagógica**. Revista Educação Especial, v. 28, n. 52, p. 405-416, mai-ago, 2015.

ELIAS, E.R; BRIDI, J.C.A. **Flexibilização curricular: um caminho para o atendimento dos alunos com deficiência intelectual no contexto da educação de jovens e adultos**. Paraná: Cadernos PDE, 2016.

FERNANDES, D. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

FERREIRA, E.L.; ORLANDI, E.P. (Orgs.), **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2013.

GALLO, S. **Conhecimento, transversalidade e educação: para além da interdisciplinaridade**”. Impulso, v. 10, n. 21. Piracicaba: Unimep, 1997, p.115-133.

Freitas, S. N. **Altas Habilidades/ Superdotação em Pesquisa: Um olhar dirigido**. In: Omote, S.; Oliveira, A. A. S.; Chacon, M. C.M. **Ciência e Conhecimento em Educação Especial**. São Carlos: Marquezine e Manzini: ABPEE, 2014, p. 125–134


GARCIA, R. M. C. **Educação especial na perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos**. Comunicações, v. 23, ed. especial, p. 7-26, 2016.

GODOI, E, FERREIRA, E. L. TAKAKURA, F. I. (Orgs.) **Análise das políticas públicas de inclusão e o diálogo entre os diversos atores do processo educacional**. – Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2019. 292 p.: il. color. ; 21 cm. – (Práticas inclusivas na escola; v. 1).

HOFFMANN, J. **Avaliar: respeitar primeiro, educar depois**. 4. ed. Porto Alegre: Editora Mediação. 2013

KRAEMER, M. E. **A Avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer**. 2005. Disponível em:



<p>   <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC</b>  <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO</b>  <b>DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>  <b>DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</b> </p>	<p>29/12</p>
--	--------------

<<https://www.gestiopolis.com/avaliacaoaprendizagem- como-processo-construtivo-de-um-novo-fazer/>> Acesso em: 6 ago. 2017

LAPLANE, A. D. F. **O que os dados do Censo Escolar revelam sobre as barreiras à inclusão?** Educação e Fronteiras On-line, v. 5, n. 13, p. 7-20, mai-ago, 2015.

LEITE, T.S. **Adequações curriculares: perspectivas e práticas de planeamento e intervenção.** Da Investigação às Práticas, 2013.

LOPES, E. **Flexibilização curricular: um caminho para o atendimento de aluno com deficiência, nas classes comuns da Educação Básica.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional/PDE. Londrina: 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E.G; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: UFSCar, 2014.

Nakano, T. C.; Wechsler, S. M. Identificação e avaliação do talento criativo. In: Fleith, D. S. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores.** Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 87–98.

NIELSEN, I. B. **Necessidades educativas especiais na sala de aula.** Porto: Porto Editora, 1999.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. **Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas.** Da Investigação às Práticas, 2015.

ORSATI, F.T. **Acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva.** Temas sobre Desenvolvimento, 2013.

PÉREZ, S.G.P.B.; FREITAS, S.N. **A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de identidade.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.4, p.677-694, 2012.


RENZULLI, J.S. **O que é esta coisa chamada superdotação e como a desenvolvemos?** Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. Educação, Porto Alegre, v.52, n.1, p.75-131, 2004

ROTTA, N. T; BRIDI FILHO, C. A; BRIDI, F. R. **Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2018.

Sabatella, M. L. P. **Expandir horizontes para compreender alunos superdotados.** In: Moreira, L. C.; Stoltz, T. (Org). Altas Habilidades/Superdotação, Talento, Dotação e Educação. Curitiba: Jurua, 2012. p. 113–128.

SOUZA, F. F., et al. **Políticas e práticas de educação inclusiva: condições e contradição no cotidiano de uma escola de ensino fundamental.** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas. Dossiê Educação Especial: diferenças, currículo e processos de e ensino e aprendizagem. v. 22, n. 82, p. 1-23, ago. 2014.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v22n82.2014>

ZERBATO, A.P.; MENDES, E. G. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar.** Educação Unisinos. 22(2):147-155, abril-junho 2018.

<p style="text-align: center;"></p> <p><b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC</b>  <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO</b>  <b>DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>  <b>DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</b></p>	30/12
--	-------

## 6. META FÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Ofertar Curso de Aperfeiçoamento em “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” (180 horas) para 650 cursistas com custo unitário de de R\$ 176,24 (cálculo = custeio/qtd. de vagas ofertadas).

## 7. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 114.556,00

### 7. VIGÊNCIA DO PROJETO – até 31/12/2024


INÍCIO	TÉRMINO
JULHO/2024	DEZEMBRO/2024

## 8. PÚBLICO-ALVO

## 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

**CRONOGRAMA DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação”:** até 31/12/2024

Atividades/Subatividades	Período
Planejamento	01/03/24 à 30/04/24
Divulgação/ Inscrição/ Recebimento de documentos	01/05/24 a 31/07/24
Customização da plataforma	01/06/24 a 13/12/24
Seleção e Treinamento de tutores	15/06/24 a 15/07/24
Elaboração do material didático	01/07/24 a 16/12/24
Organização do ambiente AVA/Reunião de trabalho dos docente	01/07/24 à 16/12/24
Avaliação e adaptação de material didático	01/07/24 a 16/12/24
Contratação de serviços	01/06/24 a 16/12/24
Realização das atividades pedagógicas pelos alunos (período curso)	15/07/24 a 13/12/24
Elaboração relatório final	02/12/24 a 31/12/24
Apresentação dos trabalhos finais	14/12/24 a 31/12/24

<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</p>		31/12
---	---	-------

## 10. FORMA DE EXECUÇÃO

### 10.1 RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

#### ESFERA ESTADUAL

**Eliamar Godoi** — Professora do magistério superior do Instituto de Letras e Linguística — Ileel da Universidade Federal de Uberlândia — UFU

#### ESFERA NACIONAL


COORDENADORIA-GERAL DE POLÍTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (**CGPEE**)

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA (**DIPEPI**)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (**SECADI**)

## 11. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS:

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd pessoas	Carga hr/mês	Período (mês)
Designer Gráfico	Profissional especialista em tecnologias de informação, em engenharia de redes, computação e informática, com conhecimento da plataforma Moodle. Implantação e utilização do AVA. É responsável pelo planejamento, (implantação e acompanhamento da infraestrutura necessária para o acesso ao curso pelos alunos. Atividades de edição e captura dos vídeos traduzidos para a Libras.	01	40h mês 10h semanais	06 MESES
Designer Educacional	Apoio didático para atuar na edição e ilustração e arte gráfica do material didático a ser produzido para o curso específico, alimentação do sistema (arquivos e sequência didática), abertura e monitoramento de espaços de interação no AVA e aplicação dos recursos de acessibilidade nos mesmos. É responsável por desenvolver materiais didáticos acessíveis, acessibilização (parte tecnológica – janelas de Libras)	01	40h mês 10h semanais	06 MESES
Intérprete de Libras	Realização da acessibilização em Libras das videoaulas e da tradução para a Libras sistema AVA e todo o material didático utilizado no curso.	01	40h mês 10h semanais	06 MESES
Apoio de Gestão Pedagógica	Atividades administrativas do projeto: controle acadêmico nos sistemas da universidade, cronogramas, organização de encontros. Realização das planilhas de inscrição, matrícula, dos folders de	01	40h mês 10h semanais	09 MESES

<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO</b> <b>DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> <b>DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</b>			 <b>32/12</b>	
	divulgação, atendimento às necessidades da produção dos espaços virtuais próprios da educação a distância do funcionamento do curso, acompanhamento e alimentação de sistemas de matrículas, notas e relatórios que mantêm o curso e organização dos registros dos alunos.			
Assessor Pedagógico e Revisor	Atividades de revisão de texto no Moodle assim como nos e-books; subsídio e assessoramento à coordenação adjunta na validação das informações, da sequência didática, além da revisão do português do material didático produzido e da publicação das pesquisas resultantes do processo da oferta do curso.	01	40h mês 10h Semanais	06 MESES

### 11.1 MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pela concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do Curso de aperfeiçoamento em **“Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação”**, será realizado pela **Coordenação-Geral da Política Pedagógica da Educação Especial (CGPEE)**, por meio da **Diretoria de Políticas de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (DIPEPI)**, a partir de relatórios parciais e conclusivos encaminhados pela instituição proponente do projeto. A instituição está ciente de que, caso tenha algum projeto expirado que apresente pendências no encaminhamento e aprovação do relatório final, terá novos repasses de recursos da **CGPEE** suspensos até que a situação seja regularizada.

### PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Do curso de aperfeiçoamento em **“Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação”**,

Insumos: Recursos Humanos					
Descrição do Item de despesa	Qtd. de pessoas	Carga Horária mensal	Período (Mês)	Valor Mês R\$	Valor Total R\$
Designer Gráfico	01	40h	6 meses	2.600,00	15.600,00
Designer Educacional	01	40h	6 meses	2.600,00	15.600,00
Intérprete de Libras	01	40h	6 meses	2.500,00	15.000,00
Apoio de gestão pedagógica	01	40h	9 meses	2.400,00	21.600,00
Assessor pedagógico e revisor	01	40h	3 meses	2.400,00	7.200,00
<b>SUBTOTAL</b>					<b>75.000,00</b>
<b>Justificativa:</b>					
1. Profissional especialista em tecnologias de informação, em engenharia de redes, computação e informática, com conhecimento da plataforma Moodle. Implantação e utilização do AVA. É responsável pelo planejamento, implantação e acompanhamento da infraestrutura necessária para o acesso ao curso pelos alunos. Atividades de edição e					

captura dos vídeos traduzidos para a Libras.


2. Apoio didático para atuar na edição e ilustração e arte gráfica do material didático a ser produzido para o curso específico, alimentação do sistema (arquivos e sequência didática), abertura e monitoramento de espaços de interação no AVA e aplicação dos recursos de acessibilidade nos mesmos. É responsável por desenvolver materiais didáticos acessíveis, acessibilização (parte tecnológica – janelas de Libras)
3. Realização da acessibilização em Libras das videoaulas e da tradução para a Libras sistema AVA e todo o material didático utilizado no curso.
4. Atividades administrativas do projeto: controle acadêmico nos sistemas da universidade, cronogramas, organização de encontros. Realização das planilhas de inscrição, matrícula, dos folders de divulgação, atendimento às necessidades da produção dos espaços virtuais próprios da educação a distância do funcionamento do curso, acompanhamento e alimentação de sistemas de matrículas, notas e relatórios que mantêm o curso e organização dos registros dos alunos.
5. Atividades de revisão de texto no Moodle assim como nos e-books; subsídio e assessoramento à coordenação adjunta na validação das informações, da sequência didática, além da revisão do português do material didático produzido e da publicação das pesquisas resultantes do processo da oferta do curso.

Os 05 (cinco) profissionais elencados possibilitarão condições de execução do Curso de Aperfeiçoamento, garantindo que os objetivos propostos sejam alcançados. Suas atividades são específicas não se confundem com aquelas de responsabilidade dos coordenadores e professores bolsistas. Os valores atribuídos consideram as atividades que os profissionais desenvolverão, em uma carga horária média de trabalho e valores praticados no mercado local para atividades propostas em um projeto dessa natureza, na modalidade de prestação de serviços, cuja contratação de cada prestador de serviço se adequa à legislação, uma vez que não se caracteriza qualquer vínculo empregatício, atendendo às necessidades da produção dos espaços virtuais próprios da educação a distância, controle de sistemas, matrículas, notas e relatórios que mantêm o curso e organizam os registros dos alunos”.

Observação: o pagamento pelos produtos será realizado a cada 3 meses, condicionado à apresentação de relatório.

#### Obrigações Tributárias e Contributivas

Descrição do item de despesa	Nº pessoas	Período (Mês)	Nº parcelas	% aplicado	Valor Mês (R\$)	Valor Total (R\$)
Designer Gráfico	01	Jun-nov	06	20%	520,00	3.120,00
Designer Educacional	01	Jun-nov	06	20%	520,00	3.120,00
Intérprete de Libras	01	Jun-nov	06	20%	500,00	3.000,00

 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO</b> <b>DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> <b>DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</b>						34/12
---	--	--	--	--	--	-------

Apoio de gestão pedagógica	01	Jun-fev	09	20%	480,00	4.320,00
Assessor pedagógico e revisor	01	Jun-nov	06	20%	480,00	1.440,00
<b>SUBTOTAL</b>						<b>15.000,00</b>

**Justificativa:**  
 DOAS - Despesas operacionais e administrativas requeridas pelas instituições na transação e execução dos recursos. (Justificativa presente na Nota técnica Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) referente à utilização da Fundação de Apoio Universitário para a gestão administrativa e financeira do Projeto) .


Insumos: material de consumo e outros serviços				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
-	-	-	-	-
-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	-	-	-	-

**Justificativa:**

Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica				
Descrição do item Despesa	Unidade	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total R\$
Editoração de e-book didático com material	01	01	7.251,80	7.251,80
<i>Editoração de e-book com textos resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos com os envolvidos no curso professores cursistas, tutores, professores pesquisadores e coordenação</i>	01	01	6.889,20	6.889,20
<b>SUBTOTAL</b>				<b>14.141,00</b>

**Justificativa:**  
 E-books produzidos pelos profissionais envolvidos no curso serão disponibilizados de forma on-line gratuitamente para aumentar o acervo das vivências práticas podendo ser utilizado para diversos outros professores que almejam trabalhar com este recurso.  
 O e-book como resultado de trabalhos de estudos e pesquisas envolvendo a formação realizada para divulgação dos resultados da formação e estudo dos profissionais da rede pública.  
 Este material será distribuído de forma online. E ficará disponível da Editora contratada no catálogo



 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO</b> <b>DIRETORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> <b>DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA</b>	35/12
gratuito.	

## 12. PLANO DE APLICAÇÃO

Do curso de Aperfeiçoamento em “Práticas educacionais inclusivas para estudantes com altas habilidades ou superdotação” = R\$ 114.556,00

NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – pessoa física;	75.000,00
3.3.90.39.00	Contribuições tributárias e contributivas	15.000,00
3.3.90.39.00	Pessoa Jurídica	14.141,00
3.3.90.39.00	Despesas operacionais e administrativas <ul style="list-style-type: none"> <li>• DOA FAU - R\$6.978,32</li> <li>• Ressarcimento Instit. UFU – R\$3.436,68</li> </ul>	10.415,00
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>114.556,00</b>

A natureza da despesa 3. 3. 90. 39. 00 — outros serviços de pessoa jurídica (Despesas operacionais e administrativas) — justifica-se pela necessidade de contratação dos serviços da Fundação da UFU para gestão administrativa e financeira do projeto. A contratação possui fundamento na Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8. 958/94 e Decreto 10.426/2020.

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Uberlândia, 17 de julho de 2024.